

“Eles trazem de casa?” Desafios para desconstruir estereótipos de gênero

Noeli Aparecida Fernandes¹ 

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre como as questões de gênero estão presentes na relação entre famílias e a instituição de educação infantil, problematizando a tensão na educação compartilhada das crianças pequenas, com vistas às diferentes culturas que se entrecruzam. Parte da perspectiva de que a interlocução com as famílias é fundamental na construção de um projeto de educação da primeira infância. Os resultados ajudam a desconstruir crenças de que as crianças “trazem de casa” uma educação estereotipada de gênero, revelando que tais posturas estão presentes na educação das crianças tanto em casa, quanto na escola e na sociedade. O convívio entre a diversidade das famílias e a escola, oportuniza trocas de olhares na busca pelo respeito às diferenças e na desconstrução das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Relação famílias-escola; Educação compartilhada; Gênero.

Abstract

“Do they bring them from home? ”Challenges to deconstruct gender stereotypes

This article aims to reflect on how gender issues are present in the relationship between families and the early childhood education institution, problematizing the tension in the shared education of young children, with a view to the different cultures that intersect. It starts from the perspective that dialogue with families is fundamental in the construction of an early childhood education project. The results help to deconstruct beliefs that children “bring from home” a stereotypical gender education, revealing that such attitudes are present in children’s education both at home, at school and in society. The coexistence between the diversity of families and the school provides an opportunity for exchanges of perspectives in the search for respect for differences and deconstruction of gender inequalities.

Keywords: Family-school relationship; Shared education; Gender.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

“¿Lotraen de casa?” Desafios para desconstruir los estereotipos de género

Este artículo pretende reflexionar sobre cómo las cuestiones de género están presentes en la relación entre las familias y la institución de educación infantil, problematizando la tensión en la educación compartida de los niños pequeños, en vista de las diferentes culturas que se entrecruzan. Se parte de la perspectiva de que el diálogo con las familias es fundamental en la construcción de un proyecto de educación infantil. Los resultados ayudan a desconstruir creencias de que los niños “traen de casa” una educación de género estereotipada, revelando que tales actitudes están presentes en la educación de los niños tanto en el hogar, como en la escuela y en la sociedad. La convivencia entre la diversidad de las familias y la escuela brinda oportunidades para el intercambio de miradas en la búsqueda del respeto a las diferencias y la desconstrucción de las desigualdades de género.

Palabras clave: Relación familia-escuela; Educación compartida; Género.

Introdução

Este artigo objetiva refletir sobre como as questões de gênero estão presentes na relação entre famílias e a instituição de educação infantil, problematizando a tensão existente na educação das crianças pequenas, com vistas ao desafio e à responsabilidade da educação compartilhada. Parte da perspectiva de que as famílias são interlocutoras fundamentais no processo de construção de um projeto de educação da primeira infância, enfatizando a importância de uma troca contínua e recíproca entre os diferentes contextos em que as crianças crescem (Fortunati, 2009).

Tal estudo foi motivado pelo fato de que, nos contextos da educação infantil, as questões de gênero estão presentes por meio de desigualdades e de estereótipos, gerando tensões entre docentes e famílias. Esses diferentes olhares e culturas que se entrecruzam, evidenciam a necessidade de aprofundar as discussões de gênero, por meio do fortalecimento do diálogo entre a instituição de educação infantil e as famílias, com vistas a uma educação democrática, que respeite as diferenças e os anseios, desejos e necessidades das crianças.

Os dados e resultados apresentados neste artigo partem da pesquisa realizada em uma escola municipal de educação infantil da cidade de São Paulo, que atende crianças na faixa etária de quatro e cinco anos de idade. Os procedimentos metodológicos envolveram a realização de entrevistas semiestruturadas com seis docentes, as quais se efetivaram somente após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP). Teve como balizador, para a introdução da discussão de gênero, o documento “Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana” (Secretaria Municipal de

Educação de São Paulo, 2016), que aborda gênero como uma dimensão da qualidade e busca fortalecer o diálogo entre família e a unidade educacional.

A pesquisa, de cunho qualitativo baseou-se na perspectiva da análise de conteúdo (Bardin, 2012), buscando compreender as comunicações, alvos das análises, com seus significados e significantes. A entrevista semiestruturada, com um roteiro de questões abertas, permitiu a compreensão minuciosa das motivações, atitudes, valores e crenças dos sujeitos pesquisados (Gaskell, 2002).

O convívio entre a diversidade das famílias e a instituição de educação infantil, oportunizando trocas de pontos de vista, potencializa a atuação docente para a desconstrução das desigualdades de gênero, rompendo com os discursos de culpabilização. A partir de olhares se entrecruzam, crenças que se confrontam, entre o dito e o não dito, o explícito e o implícito nessas relações, o cotidiano educacional vai se constituindo e sendo compartilhado, envolvendo as/os docentes, as famílias e as crianças, por meio de experiências educativas que reflitam sobre as questões de gênero, na busca por romper com os estereótipos de gênero e reafirmar o respeito às diferenças.

Estudos afirmam que a família evolui de acordo com conjunturas socioculturais e revelam seu poder de adaptação às novas perspectivas (Fonseca, 2005; Sarti, 2007; 2008; Gibim, 2017; Gibim, Duarte, & Finco 2020), apresentando uma concepção de família contemporânea composta por novos arranjos, para além do modelo patriarcal, trazendo a necessidade de problematizar relações estabelecidas com outras instâncias socializadoras.

Porém, a questão da diversidade das famílias presentes na educação infantil ainda é uma questão pouco problematizada, e provoca nosso olhar para a necessidade de problematizar ideias ligadas às concepções de “família natural”, de “famílias desestruturadas”, com base no modelo de família nuclear legitimado pela sociedade (Finco, 2010; Senkevics, 2015), destacando-se ainda o desafio não somente de compreender as transformações familiares, como de conhecer concepções de educação e gênero relacionadas às famílias e aos seus filhos/as.

Neste processo, damos ênfase, à concepção de criança como sujeito de direitos, capaz de se manifestar sobre questões que lhe dizem respeito (Tomás & Soares, 2004; Soares, 2005) e que precisa ser ouvida no processo de educação compartilhada entre a instituição de educação infantil e as famílias, a partir da construção de uma

comunicação aberta e dialógica. Porém, o comprometimento dos/as adultos/as mostra-se como central para o reconhecimento e a priorização da satisfação das necessidades de bem-estar e proteção das crianças, bem como para o reconhecimento dos seus interesses e direitos.

Questões de gênero na educação infantil: desafios para desconstruir estereótipos

Nos últimos anos, vivemos um momento histórico de retrocessos, por meio de um cerceamento das políticas sociais. As ofensivas antigênero, a partir de grupos de movimentos conservadores, buscaram censurar a discussão da temática de gênero nos espaços educacionais, promovendo o entendimento de que gênero, desvirtuaria as crianças, promovendo a sexualização, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família (Leite, 2019).

O termo gênero passou a ser temido por muitas pessoas, especialmente com base nos discursos conservadores de algumas alas religiosas, referendados por políticos de extrema-direita, representantes de setores da sociedade civil. Tais discursos buscam ainda deslegitimar a liberdade docente, desestabilizando o caráter público e laico da escola, como espaço da criticidade e da pluralidade para o convívio cidadão e democrático (Junqueira, 2022).

A necessidade de problematizar tal contexto histórico e social trouxe a atenção para a infância no centro do discurso educacional, destacando um dos elementos-chave da relação entre educação, educação de gênero e crianças: a infância, que é cada vez mais objeto de discórdia entre adultos, é de fato uma questão moral, envolvendo as questões de gênero e sexualidades. Atrelar infância e gênero permite revelar como as crianças, em contextos sociais, experienciam as possibilidades e os constrangimentos colocados pelos sistemas e estruturas sociais generificadas (Fino, 2010) e nos dá suporte e ferramentas críticas para enfrentar debates sobre mudanças importantes no campo da educação e na sociedade.

A abordagem teórico-metodológica envolvendo a categoria analítica gênero (Scott, 1995) possibilita-nos questionar o discurso patriarcal sobre a naturalização das desigualdades entre homem e mulher, demonstrando que estas são construções culturais de dominação e de poder. Permite aprofundar as reflexões sobre como as relações vão sendo estabelecidas e naturalizadas de modo desigual, sendo vistas como parte da

“natureza” dos homens e mulheres, como se tivesse atividades específicas para cada um desempenhar, as quais também estão presentes na vida das crianças, desde o nascimento, permeando as relações entre família e instituição educacional, colocando-nos questões essenciais para pensarmos tais relações na infância.

Remetemo-nos, assim, a Joan Scott (1995), para quem gênero é uma construção social que uma dada cultura faz em relação a homens e mulheres, tratando-se de uma forma primeira de significar as relações de poder, ou seja, é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interações humanas.

O conceito de gênero, desta forma, nos auxilia a problematizar e a compreender as complexas relações entre natureza e cultura, bem como nos ajuda a desvendar as formas de educação da infância, revelando a reprodução da cultura sexista e heteronormativa da nossa sociedade patriarcal, por meio das expectativas que giram em torno de ser menina ou ser menino. Gênero remete à dinâmica de transformação social, aos significados que vão além dos corpos e do sexo biológico que subsidiam noções, ideias e valores nas distintas áreas de organização social como: símbolos culturalmente disponíveis sobre masculinidade e feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade; na elaboração de conceitos normativos referentes ao campo científico, político e jurídico; na formulação de políticas públicas implantadas em instituições sociais, nas identidades subjetivas e coletivas (Scott, 1995).

Na educação infantil, as questões de gênero fazem-se presentes nas práticas educativas e nas formas de socialização das famílias, caracterizando-se, por vezes, pelo controle, pela regulação e normatização dos corpos de meninas e meninos. Reafirma-se, desse modo, a “naturalização das desigualdades”, justificando-as a partir do aspecto biológico, determinando-se o que cabe às meninas e o que cabe aos meninos. Porém, as preferências de meninos e meninas não são características biológicas do corpo, são construções sociais e históricas. A concepção de gênero discutida por Adriana Piscitelli (2009) também nos ajuda a pensar nas relações como construção histórica, social e relacional, ao compreender o gênero não como uma categoria natural ou fixa, mas como um sistema de normas e significados produzidos culturalmente. Torna-se possível desse modo, problematizar as tensões entre famílias e a instituição de educação infantil na educação das crianças pequenas, ao evidenciar que as desigualdades de gênero são aprendidas e mantidas

por meio das interações sociais cotidianas, o que nos ajuda a compreender a importância do diálogo entre escola e famílias na construção de uma educação mais democrática e sensível à diversidade.

Discutir as questões de gênero é o caminho que a sociedade tem para ensinar respeito à diversidade e o direito à cidadania, para as pessoas que não respondem à lógica patriarcal e/ou heteronormativa, no enfrentamento às desigualdades e violências de gênero. O debate de gênero pode assumir na educação um caráter pedagógico preventivo, levando as crianças ao reconhecimento de que todas elas têm direito à vida e à educação, inclusive aquelas que estão fora das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória. Não falar sobre tais questões significa concordar com o sistema patriarcal e cis-heteronormativo e dar as costas aos direitos humanos e sociais e à democracia (Souza, Vencato, & Monteiro, 2024).

“Eles trazem de casa?”: olhares docentes sobre as questões de gênero

A necessidade do fortalecimento do diálogo entre a instituição educacional e as famílias torna-se primordial para que outras posturas sejam adotadas diante dos estereótipos de gênero presentes na educação das crianças pequenas, como veremos, a partir das reflexões trazidas pelas manifestações das docentes sobre suas expectativas com relação às posturas das famílias diante dessas, o que pode possibilitar uma educação mais igualitária e que respeite a criança na construção das suas identidades de gênero.

Assim, após o aceite das docentes para participar da pesquisa, a partir de convite feito por e-mail, com a intermediação da diretora da escola, foram realizadas entrevistas semiestruturadas por via remota, *on-line*, com duração de 1h45', a partir de roteiro organizado para tal, com perguntas semiabertas, entre maio e junho de 2020 – ano de isolamento social em decorrência da pandemia de covid-19.

As seis profissionais docentes entrevistadas (Quadro1) caracterizam-se como um grupo bastante heterogêneo, tanto com relação à idade, entre 35 e 66 anos, quanto com relação ao tempo de magistério, de 11 a 39 anos de experiência, e tempo de trabalho na escola municipal de educação infantil (Emei), variando de 15 anos a menos de um ano, para as que se removeram para a Emei em 2020.

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa – Docente.

Professora (nome fictício)	Idade (anos)	Sexo	Tempo de profissão (anos)	Tempo na Emei
Cássia	55	Feminino	11	Desde 2020
Julia	40	Feminino	15	Desde 2015
Cleusa	40	Feminino	19	Desde 2019
Maiara	63	feminino	39	Desde 2005
Brenda	44	Feminino	18	Desde 2015
Judite	39	Feminino	16	Desde 2014

Os dados e resultados apresentados, envolvendo as percepções das docentes sobre as relações e crenças das famílias, trazem reflexões diante de situações com as quais as crianças se deparam no cotidiano educativo, permitindo-nos olhar: como elas têm sido educadas para as relações de gênero, a valorização da diversidade e desconstrução de estereótipos de gênero e como a instituição educacional e as famílias podem construir uma educação compartilhada da criança com vistas à qualidade da educação infantil.

A fala “Eles trazem de casa” representa uma frequente afirmação das docentes, diante das expressões, desejos e modos de ser de meninas e meninos, delineando a forma como as/os docentes enxergam as questões de gênero no cotidiano da educação infantil.

Problematizamos a crença de que a construção das identidades de gênero das crianças é resultante dos valores construídos nas relações familiares, o que pode isentar a ação docente na instituição do seu papel educativo. Ao questionar tal concepção, buscamos desenvolver a discussão sobre como as questões de gênero se fazem presentes nas relações entre a instituição de educação infantil e as famílias, envolvendo a socialização de gênero das crianças, considerando que, a partir das suas vivências, em diferentes espaços que ocupam, entre a casa e a escola, meninas e meninos vão se deparando com as questões de gênero e reconhecendo as diferenças, e, nesse complexo processo de socialização, também vão construindo suas identidades de gênero.

O cruzamento dos estudos de gênero e da sociologia da infância nos leva a olhar para como as crianças tanto se adaptam e reproduzem, como resistem e reinventam, as culturas de gênero das sociedades nas quais estão inseridas, produzindo

cultura (Finco, 2010; Corsaro, 2011). Gênero e infância, categorias invisibilizadas em decorrência de uma sociedade patriarcal e adultocêntrica, enquanto objetos de estudos, permitem que as relações sociais desiguais possam ser repensadas.

Partindo da premissa de que as crianças são sujeitos de direitos, seres autônomos, críticos, criativos e potentes, damos ênfase à criança cidadã e à participação infantil (Soares, 2005), considerando sua centralidade na educação infantil, pois, a partir de suas vivências e interações, constituem suas identidades. As crianças são as pessoas mais indicadas para falarem sobre si, podendo discutir melhor as alternativas para determinados problemas que vivenciam, reconhecidas como sujeitos de investigação, que, ao relatar opiniões e experiências, se manifestam de diferentes formas e a partir de diferentes linguagens: gestual, corporal, expressiva.

Portanto, considera-se importante problematizar a forma pela qual adultos/as tendem a discutir o que é melhor para as crianças, sem solicitar seus pontos de vista, nem sequer as ouvir, em nome do “bem-estar” das crianças, conforme nos destaca Leena Alanen (2010). A opinião das próprias crianças deve ser considerada para o desenvolvimento de projetos de ação social voltados não apenas para a infância, mas para a sociedade, uma vez que fazem parte dela (Pires, 2008).

Quando os/as adultos/as oferecem às crianças, espaços e possibilidades para atuarem de modo a não as podar ou reprimir, inclusive da sua liberdade de pensamento e de escolha, buscando olhar mais para suas experiências, atividades, relacionamentos e conhecimentos, potencializam o exercício da participação e da cidadania infantil (Soares, 2005). Assim, questões como os usos dos brinquedos, literaturas infantis e os espaços educacionais, como os banheiros, por exemplo, contribuem para refletir sobre a construção das identidades de gênero das crianças, fazendo-se necessário refletir como estão sendo disponibilizados às crianças, uma vez que a escola não é neutra, pelo contrário, participa dessa construção.

Nas entrevistas, pudemos verificar que as docentes justificam as escolhas das crianças pela afirmação “eles trazem de casa” marcas de estereótipos, justificando a restrição do que lhes é imposto socialmente, reduzindo o processo de socialização para a educação no âmbito privado da casa, afastando a escola da sua responsabilidade sobre essas questões.

Infelizmente a gente ainda vê o carrinho e a boneca como dois ícones da separação e da escolha. Você vê que é algo que a criança traz de casa. Provavelmente só compram carrinho para aquele menino. A primeira tendência é

as meninas irem para casinha, os meninos, para o carrinho e para a pista de carrinho. Os meninos que vão para casinha, vão nesse lugar de que: “eu estou ajudando”, “porque a responsável é ela” (Entrevista com professora Julia).

O grande x da questão é que as crianças, embora sejam novas, trazem já muitos traços que foram adquiridos fora da escola, daquilo que acontece nas suas casas, daquilo que elas assistem, daquilo que elas veem (Entrevista com professora Cleusa).

Contraditoriamente às suas manifestações iniciais, as próprias docentes parecem fazer na organização dos brinquedos uma cisão: “cantinho da cozinha com o cantinho das bonecas” e o “canto dos carrinhos”, reproduzindo, assim, posturas dicotômicas e excludentes de uma sociedade patriarcal, revelando-nos que tais aspectos da desigualdade de gênero não são as crianças que trazem de casa, mas são proposições presentes em posturas e ações também da instituição de educação infantil e da própria sociedade de modo geral.

Fazemos, no jogo simbólico, o cantinho da casinha, do carrinho, das ferramentas... Acaba ficando o carrinho e a casinha, duas coisas. Colocamos separado e eu já tenho pensado: como não separar? Não consegui ainda achar um caminho mais igualitário na questão de gênero, mas é algo que eu já percebi que preciso mudar (Entrevista com professora Brenda).

Ao refletir sobre as brincadeiras das crianças e pensar nos espaços ocupados por meninas e meninos, as professoras demonstram dificuldades para enxergar a dimensão da capacidade das crianças para extrapolar a simples ideia de reprodução de papéis na brincadeira, enxergá-las como capazes de questionar e recriar a cultura, criando diferentes e novas possibilidades de ser e de se relacionar.

São os meninos que mais gostam de carrinho. Quando as meninas brincam com carrinho, procuram brincar quando eles não estão. Os meninos querem fazer pistas para os carrinhos. Elas [as meninas] brincam de carrinho e não têm a necessidade de ficar colocando desafios. Penso até que elas brincam menos de carrinho na vida e por isso não têm essa necessidade de explorar todos os jeitos de brincar de carrinho como os meninos têm. Eles brincam desde sempre, quando nascem já dão um carrinho na mão deles (Entrevista com professora Cleusa).

Para a manutenção desse modelo binário, apresentado diariamente às crianças, busca-se ocultar outras masculinidades e feminilidades, bem como se busca a sua marginalização, reforçando a associação supostamente natural entre sexo e padrões de gênero. Faz-se necessário questionar a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças, pois associar aos brinquedos e brincadeiras significados masculinos e femininos, que hierarquizam coisas e pessoas, nos leva a apresentar a meninos e meninas significados excludentes (Finco, 2004).

As brincadeiras com fantasias, por exemplo, permitem que as crianças vivam outras realidades, outras formas de ser e de estar no mundo, e, em função de sua capacidade criativa, dar novos significados aos objetos com os quais brincam, e por isso brincam e imaginam conforme suas curiosidades e prazeres. Manifestações conflitantes sobre as normas do que é permitido ou não vão surgindo entre família e instituição de educação infantil, e vão revelando os desafios ainda a serem enfrentados para a desconstrução de estereótipos de gênero e construção de uma educação compartilhada da criança.

Na Emei, eu costumo falar que a criança pode tudo, pode ser o que ela quiser, pode brincar do que ela quiser. O papai tem que entender que aqui na escola pode. Se lá na sua casa o papai não deixa, você tem que respeitar a regra da sua casa. Aqui, o combinado é que você pode brincar do que você quiser (Entrevista com professora Maiara).

A criança é tão sabida, porque sabe que isso é ali dentro da sala, mas da sala para fora, talvez o mundo não seja assim, tão aberto a ela (Entrevista com professora Cleusa).

Junto às experiências e aos conflitos de gênero surgidos se fazem presentes discursos de culpabilização sobre posturas adotadas, ora por parte da família, ora por parte da instituição de educação infantil, resultando num caminho difícil para a construção de um diálogo mais aberto sobre gênero, em que posturas e orientações em sentidos opostas colocam a criança no centro do embate.

Sobre o uso dos espaços pelas crianças, a arquitetura, a organização e o uso dos banheiros sugerem articulações entre gênero, sexualidade, corpo e educação, e podem sugerir conflitos, dúvidas e angústias entre as crianças e os adultos/as, e entre famílias e professores/as também, de acordo com a originalidade e inventividade das crianças pequenas (Silva, 2015). Assim, para as docentes, os banheiros infantis são espaços de curiosidades para as crianças, e espaços conflituosos para os adultos.

Estes conflitos podem se desdobrar em diálogos, com aprendizagens que envolvem diferentes pontos de vista (Sarti, 2008), estabelecendo outras formas de pensamento sobre as questões de gênero e sexualidade que visem garantir que se olhe, em primeiro lugar, para as crianças, para os seus anseios e suas necessidades. Enfim, que se olhe para o direito das crianças de forma mais crítica.

Sobre o uso dos banheiros da escola, mistos, usados tanto por meninos como por meninas, as professoras trazem algumas observações das famílias:

Para as famílias, essa é uma questão difícil. Na primeira reunião: “Prô, como minha filha vai ao banheiro? Sozinha? Mas vai ter uma pessoa para ajudar? Não entra adulto?”. Chega bem essa questão de gênero, do abuso, da sexualidade (Entrevista com professora Cássia).

Teve pai reclamando que onde já se viu a filha dele no banheiro onde o menino ia também. Nós conversamos procurando explicar que embora o banheiro fosse unissex cada um tinha sua privacidade (Entrevista com professora Maiara).

De acordo com as manifestações docentes, independentemente da forma como o banheiro será usado, se junto ou separado, as considerações das crianças serão as mesmas, sobre seu uso prático e sobre as muitas outras possibilidades que este espaço lhes propiciará. Para as crianças, o banheiro sempre será um lugar com muitas possibilidades, inclusive porque haverá momentos em que as crianças estarão livres dos olhares dos adultos, ainda que por pouco tempo (Silva, 2015). As manifestações da curiosidade das crianças sobre seu próprio corpo e sobre o corpo de outras crianças acontecerão com banheiro misto ou não.

Para a criança, banheiro é banheiro. Se uma criança tiver que fazer alguma brincadeira no banheiro e se associar, ela não está se importando se é com menino ou é com menina (Entrevista com professora Cleusa).

A curiosidade da criança vai continuar em relação ao corpo do outro. Em relação a menino e menina, a curiosidade aumenta, porque são corpos diferentes, independentemente de ser banheiro misto, ou não. Provavelmente, quando a gente não estiver olhando, elas vão lá ver o que está acontecendo (Entrevista com professora Judite).

Uma educação compartilhada entre a família e a instituição de educação infantil, que busque a igualdade de gênero e a garantia da liberdade de expressão das crianças, precisa refletir sobre as situações que envolvem as crianças e os conflitos de gênero presentes em seu cotidiano, na busca por desconstruir estereótipos, no respeito às diferenças, a partir de encontro coletivos e diálogos abertos.

Colocam-se, assim, os desafios de uma educação compartilhada, que implica o encontro de famílias e profissionais que possuem perspectivas diferentes sobre a educação e as necessidades das crianças, demandando uma constante negociação, refletindo sobre as situações que envolvem as crianças e os conflitos de gênero presentes em seus cotidianos.

Foi numa roda de conversa sobre gênero, uma mãe falou que percebia que o filho era diferente, era um menino que gostava de brincar de boneca, de usar saia, de colocar coisas no cabelo. Ela só se preocupava dele sofrer, o pai já começava a querer impedir algumas coisas (Entrevista com professora Brenda).

São os encontros coletivos e situações como essas, pautadas num clima de confiança entre as famílias e a instituição de educação infantil, que abrem espaços para a diversidade, para que adultos e crianças possam conversar/dialogar sobre tais questões e, com seus diferentes olhares, possam ir aprendendo que há outras possibilidades, para além daquelas até então conhecidas por elas/eles. Isso torna a instituição de educação infantil um espaço de aceitação e afirmação das diferenças, bem como de criação de novas formas de convívio comum. Assumir o compromisso com o debate sobre as desigualdades de gênero significa problematizar seus reflexos na vida das crianças, revelando a necessidade de quebrar com o silêncio sobre essas questões.

Ao abrir espaços para dialogar com as famílias sobre as relações de gênero, a instituição de educação infantil permite que sejam problematizadas as situações e vivências cotidianas das crianças, pois trazem os diferentes olhares das/dos envolvidas/os no processo educacional sem que se busque culpados. Rompe-se, desse modo, silenciamentos, para reflexões mais críticas, promovendo, inclusive entre as/os docentes, uma maior consciência acerca das suas atitudes e convicções, para que reverberem nas suas práticas educativas, na perspectiva de criação de novas cidadanias (Cardona, 2015).

O compartilhamento de diferentes pontos de vista permite a construção de sentido no confronto de culturas. Quando a equipe educacional assume a importância de tratar das questões de gênero, favorecendo discussões e diálogos coletivos, pode potencializar o espaço da instituição educacional para práticas pedagógicas e manifestações abertas, livres de preconceitos, a favor das diferenças e da diversidade.

Considerações finais

Compreender como as questões de gênero se fazem presentes na relação entre a instituição de educação infantil e as famílias, e como se dá o diálogo diante de tais questões, exigiu a desconstrução de ideias preconcebidas. Os resultados ajudaram a refletir sobre diversos aspectos do cotidiano educacional que envolvem complexas relações, desafios urgentes e necessários, no sentido de romper com as desigualdades de gênero na infância. Eles revelam ser preciso desconstruir algumas crenças, ainda muito presentes, de que as crianças “trazem de casa” um olhar estereotipado de gênero, causado pela educação familiar, pois posturas dicotomizadas e

marcadas por estereótipos de gênero estão presentes na educação das crianças, tanto em casa, quanto na instituição de educação infantil, e na sociedade de modo geral.

O convívio entre diversas famílias na instituição de educação infantil, em espaços coletivos, oportuniza trocas de pontos de vista, construindo diálogos que levam a reflexões sobre as questões de gênero, potencializando a atuação docente para a desconstrução das desigualdades de gênero. A garantia destes espaços e dessas discussões entre os adultos, na educação compartilhada da criança, faz-se essencial para enfatizar novas formas de pensamento. Revelam diferentes questões presentes nas interações entre a instituição e as famílias e retratam situações que envolvem brincadeiras e brincados, os usos de acessórios e fantasias, as literaturas infantis, as linguagens sexistas, os usos dos banheiros e sexualidade.

Os resultados possibilitam rever a ideia de que as famílias são um ponto dificultador para o desenvolvimento de um trabalho educativo de gênero na educação infantil. Para além da culpabilização, que recai sobre as famílias, a instituição de educação infantil pode estar aberta à escuta, construindo uma relação de confiança junto às famílias, sendo o diálogo fundamental para a abordagem das questões de gênero, uma vez que há muitos e diferentes olhares que possibilitam a construção de um espaço de compreensão mútua entre as/os envolvidas/os no processo educacional, tornando-se a escola um local educativo, para promover relações em experiências humanas significativas.

Faz-se necessário que adultos/as estejam atentos/as às vontades, interesses e necessidades das crianças, para seu “bem-estar” e para a qualidade da educação infantil, com vistas à busca pela igualdade de gênero. Apontam que o diálogo entre os/as adultos/as é essencial para o bem-estar da criança, para que possam trocar suas perspectivas sobre o que entendem ser melhor para elas, a fim de lhes garantir proteção, não se esquecendo dos interesses das crianças e de seus direitos (Alanen, 2010).

A escuta às crianças, que se colocam como potentes vetores, transmissoras intermediárias de diálogos entre as famílias e a instituição de educação infantil, permite às professoras tanto atitudes de reflexão pessoal, quanto profissional, referente à forma de trabalhar com as crianças e com as famílias. As manifestações e expressões das crianças podem ser a chave para o fortalecimento do diálogo entre a instituição de educação infantil e as famílias, para que juntas possam discutir a qualidade da educação

infantil no cotidiano da instituição educacional, pois as crianças estão entre a casa e a escola, e inovam com formas de ser subversivas e originais, desorganizam a lógica binária institucional, ressignificando suas vivências de gênero.

Por fim, este trabalho destaca os olhares e culturas que se entrecruzam e que podem se traduzir em diálogos abertos e aprofundados quando não silenciados. O desafio está em perceber que, para além dos discursos de culpabilização, as famílias e a instituição de educação infantil podem encontrar outras possibilidades de relações que se fortalecem para outras propostas, e os conflitos passam a ser potencializadores de diálogos, a partir dos seus diferentes olhares. A ampliação de escutas e as trocas de pontos de vista no convívio entre famílias na instituição de educação infantil possibilitam o compartilhamento de experiências educativas que reflitam sobre os processos de socialização de gênero das crianças.

O diálogo entre a instituição de educação infantil e famílias, com seus olhares e culturas que se entrecruzam, revelam um emaranhado de relações, envolvendo diferentes concepções e crenças que permeiam as práticas educativas cotidianas e dão ênfase naquilo que as une, a centralidade educativa nas crianças e o respeito por suas singularidades e pluralidades.

Referências

- Alanen, L. (2010). Teoria do bem-estar das crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 751-775. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300005>
- Bardin, L. (2012). *Análise de conteúdo*. São Paulo: 70.
- Cardona, M. J. (2015). Trabalhar as questões de gênero numa perspectiva de educação para a cidadania no jardim-de-infância e na escola. *Aprender: Revista da Escola Superior de Educação*, (36), 63-71.
- Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da infância*. 2a ed. Porto Alegre: Artmed.
- Finco, D. (2020). O que nos ensinam meninas e meninos quando escapam das fronteiras de gênero? In C. P. Vianna, & M. Carvalho (Orgs.), *Gênero e educação: 20 anos construindo conhecimento* (pp. 147-162). Belo Horizonte: Autêntica.

Finco, D. (2010). *Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: Análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 23/01/2025 em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042010-135714/pt-br.php>

Finco, D. (2004). *Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na pré-escola* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Recuperado em 25/01/2025 em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/315368>

Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, 14(2), 50-59. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902005000200006>

Fortunati, A. (2009). *A educação infantil como projeto da comunidade: Crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e família: A experiência de San Miniato* (E. Roso, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.

Gibim, A. P. P. G.(2017). *Famílias, relações intergeracionais e de gênero: Práticas compartilhadas de educação e cuidado de crianças pequenas* (Dissertação de mestrado). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. Recuperado em 21/01/2025 em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/50223>

Gibim, A. P. P. G., Duarte, D., & Finco, D.(2020). Famílias e as suas dinâmicas de gênero: Uma análise a partir dos desenhos infantis. *Humanidades & Inovação*, 7(28), 291-308.

Junqueira, R.D. (2022). *A invenção da “ideologia de gênero”*: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres.

Leite, V. (2019). “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad*, (32), 119-142.

- Pires, F. (2008). Pesquisando crianças e infâncias: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. *Cadernos de Campo*, 17(17), 133-151. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v17i17p133-151>
- Piscitelli, A. (2009). A história de um conceito. In H. B. Almeida, & J. E. Szwako. *Diferenças, igualdade* (pp. 116-148). São Paulo: Berlendis&Vertecchia.
- Sarti, C. (2008). Famílias enredadas. In A. R. Acosta, & M. A. F. Vitale, *Família redes, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo: Cortez.
- Sarti, C. (2007). *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. (2016). *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana*. São Paulo: o autor.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Senkevics, A. S. (2015). *Gênero, família e escola: Socialização familiar e escolarização de meninas e meninos das camadas populares de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 23/01/2025 em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_2dfc68cdd47cde776a47809ca6d64c86
- Silva, T. J. (2015). *Organização e utilização dos espaços físicos na Educação Infantil: um estudo sob a ótica do gênero* (Dissertação de Mestrado). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. Recuperado em 22/01/2025 em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39238>
- Soares, N. F. (2005). Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. *Revista Zero a Seis*, 7(12), 8-18.
- Souza, E. R., Vencato, A, & Monteiro, M. (2024). Gênero, educação e ciência em um campo minado: Reflexões feministas em tempos de cruzadas antigênero. In H. B. Almeida, & C. E. Henning (Orgs.), *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo* (pp 137-162). Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- Tomás, C., & Soares, N. F. (2004). Infância, protagonismo e cidadania: Contributos para uma análise sociológica da cidadania e da infância. *Fórum Sociológico*, (11/12), 349-362.

Submetido em: janeiro de 2025

Aceito em: junho de 2025

Sobre o autor

Noeli Aparecida Fernandes

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

E-mail: noeli.fernandes@unifesp.br